

A CRISE NOS ESTADOS UNIDOS DE 1929 E AS TEORIAS ECONÔMICAS EMPREGADAS

Guilherme Fujiwara Araki¹
Margarete Campos Vieira²
Luiz Paloschi Tomé³

RESUMO

Evoluímos na maneira de pensar a economia, mas evoluímos com erros e acertos, isso pode ser conferido na crise de 1929 nos Estados Unidos, onde os governantes anteriores a crise, adotavam uma teoria muito liberal, embasada na teoria de Adam Smith, onde a economia sozinha deve-se auto regular, assim, com esse pensamento, foi gerado no final do ano de 1929 a maior depressão econômica já vista pela sociedade. Mas ao se trocar o governo, e com aplicações de teorias econômicas mais arrojadas, no sentido de intervenção, o governo norte-americano pôde deixar a depressão no passado e virar a página. Foi neste artigo estudado os antecedentes e as consequências da crise de 1929, as teorias econômicas principais em relação a economia norte-americana, a metodologia empregada nesta pesquisa e por derradeiro as considerações finais.

Palavras-chaves: Crise de 1929; economia norte-americana; liberalismo; intervencionismo; quebra da bolsa de valores.

ABSTRACT

We have evolved in the way we think about the economy, but we have evolved through mistakes and successes, this can be seen in the 1929 crisis in the United States, where the rulers prior to the crisis adopted a very liberal theory, based on Adm Smith's theory, where the economy alone it must self-regulate, thus, with this thought, the greatest economic depression ever seen by society was generated at the end of 1929. But by changing the government, and with applications of boulder economic theories, in the sense of intervention, the North American government was able to leave the depression in the past and turn the page. This article studied the antecedents and consequences of the 1929 crisis, the main economic theories in relation to the North American economy, the methodology used in this research and, finally, the final considerations.

Keywords: Crisis of 1929; North American economy; liberalism; interventionism; stock market crash.

¹ Graduando Discente de Graduação do Curso de Ciências Econômicas EAD do Centro Universitário Cidade Verde (UNICV) E-mail: guilhermefaraki@yahoo.com.br

² Mestre em Economia em Economia Aplicada pela UEM, bacharel em Economia pela UEM e professora do Centro Universitário Cidade Verde E-mail:margarete@bs2.com.br

³ Doutor em Economia pela UEM, mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Especialista em Economia do meio ambiente e Bacharel em Ciências Econômicas pela FCV. E -mail: lpaloschi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Grandes crises econômicas podem de fato afetar um país de vários modos, abrangendo épocas diferentes, com governos diferentes. A mais importante crise de 1929 que a sociedade vivenciou com origens diversas, que culminou em uma tragédia, mas de maneira geral crises sempre fizeram parte da sociedade humana, ora mais, ora menos, mas estudá-la é imprescindível. A crise econômica estudada pela macroeconomia sempre foi o foco de atenção dos economistas. A superprodução, superpopulação, são exemplos de questões que abalam a economia, ainda mais falando-se de um país que é o motor da economia global, onde lá tudo é decidido, tudo é calculado, tudo é estudado.

A crise de 1929 foi a maior crise financeira que o mundo moderno já vivenciou, iniciado com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, ela rapidamente se alastrou pelo país, e logo alcançou o mundo, fazendo daqueles que dependiam dos valores aplicados, reféns de si mesmos, ou reféns de um sistema maior, que é a própria crise, que foi gerada pela grande omissão estatal de governos que antecederam, apoiados por teorias econômicas pouco explicativas, e que depois levou -se a se apoiar em outros teóricos economistas que dizem que o Estado deve sim intervir para parar algo que não vai bem na economia, ou no caso dos Estados Unidos na crise de 1929, consertar erros e tentar reerguer uma economia fracassada.

Assim, estudar os antecedentes imediatos que causaram ambas as crises, questão da superprodução, lei da oferta e procura, bolha econômica, é de suma importância e que de fato buscou-se trabalhar no presente artigo.

A pesquisa se estendeu também para as duas principais teorias econômicas empregadas que foi em primeiro momento, antes da crise, o liberalismo apregoado por Adam Smith, com sua famosa teoria da “mão invisível”, onde ele entende, que a própria economia tende a se auto regular de maneira a se auto satisfazer, o que não deixa de ser em parte verdade, mas o autor peca, ao levar isso a última consequência, dizendo que o Estado não deve interferir em nada. Já a segunda teoria, criada por John Keynes, vai de contramão, ele diz que o Estado deve sim intervir na economia quando necessário, para a resguardar e salvá-la em momentos de crise, evitando que as populações sofram com os efeitos devastadores de uma depressão econômica, como foi a crise de 1929.

Foi essa última, que foi empregada na década de 1930 pelo governo estadunidense para equilibrar a economia em todos os setores, o que demonstrou de fato uma aplicação prática e eficiente.

Estudar e pesquisar mais profundamente a crise nos Estados Unidos é importante, porque trata-se de um país desenvolvido, de grande porte, grande população, com alto poder econômico, já que entre outros motivos detêm o dólar, que é a mais importante moeda de reserva do mundo, militar, porque é um país que lucra muito com guerras e sua influência cultural.

2. O INÍCIO DE UM FRACASSO

Para estudar a primeira das grandes crises da era moderna, temos que voltar ao final da primeira guerra mundial, que teve o seu fim oficial em 1918. Os Estados Unidos no início do conflito não tiveram uma participação direta, pois como o presidente da época disse “isso é um problema europeu”¹, mas com incessantes pedidos de ajuda militar e econômica os Estados Unidos entraram no final na primeira guerra mundial, vendendo muito armamento e emprestando muito dinheiro. Só que daí que os problemas começaram, a Europa toda devastada por causa da guerra e economicamente fragilizada não tinha recursos para honrar com os empréstimos concedidos e os grandes países europeus, como o Reino Unido começaram a “dar calote”.

Junta-se a isso ao fato do grande *boom* econômico americano, onde as empresas cresciam, geram empregos e fortalecem a economia, por exemplo podemos citar a criação e desenvolvimento da *Ford Motor Company*, onde o seu criador o Sr. Henry Ford ficou mundialmente conhecido por criar a primeira linha de montagem em série.

As pessoas com bons empregos, bons salários e boas bonificações eram incentivadas a investir na bolsa de valores, onde a cada dia era captada, mais e mais recursos e os que não tinha bons salários também investem na bolsa, mas com dinheiro emprestado do seu corretor, que por sua vez pegava emprestado de algum banco:

Esse era o momento em que ocorria a fase final do grande boom americano, puxado pelo mercado de ações. Se um empréstimo para o mercado de ações não é mais inflacionário do que qualquer outro tipo de empréstimo à economia, ele é igualmente inflacionário. (ROTHBARD, 2012, p. 184 e 185).

E ao final da década dos anos 20 a bolha estourou, no fatídico dia 24 de outubro de 1929, todas as pessoas queriam vender suas ações e como não havia procura por compra (lei da oferta e procura) os preços delas caíram, levando muitos à falência, os que

¹ Woodrow Wilson (1913-1921)

compraram ações com dinheiro emprestados começaram a ser cobrados por seus corretores, que por sua vez eram cobrados pelos bancos, o que causou desespero e pânico geral, muitos se suicidaram, os bancos que não conseguiam recuperar seus recursos foram levados à falência, e os que tinham valores depositados naqueles, e que nada tinham a ver com a crise, perderam seus numerários, visto que, na época o governo não tinham mecanismos protetores dos depositantes dos bancos.

A prosperidade norte-americana dos anos 1920 foi bruscamente interrompida no final daquela década pelo maior crash da história das bolsas, registrado em 1929 em Nova York. Os efeitos se espalharam para mercados e economias de todo o mundo. [...] o rápido crescimento da economia norte-americana, a oferta generosa de crédito, a alavancagem das operações de Bolsa e a euforia presente no país na segunda metade dos anos 1920. (COSTA, 2023, p. 48)

Com a crise já instalada, e a relutância dos governos que se sucediam em intervir para salvar a economia, fez uma derrocada nas eleições presidenciais de 1932, onde o político democrata Franklin D. Roosevelt ganhou a eleição com grande folga contra o adversário e incumbente Herbert Hoover.

O início da solução fez o presidente Roosevelt a sondar que tipo de operações foram feitas na bolsa de valores ao longo dos anos 1920. Fechou todos os bancos por uma semana para balanço e para evitar que houvesse mais retirada de recurso do que depósito, e assim criar credibilidade no setor bancário. Interessante notar que quando os bancos reabriram houveram mais depósitos do que retiradas, assim houve a certeza que a população voltou a confiar no sistema bancário, ao mesmo tempo:

[...] foi criada a Federal Deposit Insurance Commission para assegurar os depósitos de até 10 mil dólares. Eliminava-se, assim, o risco de corridas bancárias, lembrando que muitos bancos foram fechados nos anos 1930. (COSTA, 2023, P. 63)

O governo Roosevelt criou em 1933 o *Glass Steagall Act*, onde determinou-se a separação das atividades dos bancos comerciais com os bancos de investimentos, isso para evitar que se chamava à época de “compra à margem”.

Daí criou-se uma série de programas de recuperação econômica que ficou conhecido como *New Deal* (“novo acordo” – em português livre). Entre outros incentivos estava o incentivo moral, em que se diziam “dê um emprego” era a chamada incentivo de

que grandes grupos econômicos a pequenos comerciantes dessem emprego a alguém.

Na macroeconomia o governo também fazia seu papel, podia-se observar impactos na economia, com grandes obras do governo, construção da ponte *Golden Gate* de São Francisco é um bom exemplo:

[...]cumprindo destacar, por exemplo, a legislação norte-americana do “New Deal”, dividida em três capítulos distintos no “Emergency Agricultural Adjustment Act”: o da política dos preços agrícolas; o da reorganização do crédito agrícola (Agricultural Credits) e a Lei de Emergência sobre hipotecas agrícolas (Emergency Farm Mortgage Act). (FILHO, 1968, p. 113).

Com essa legislação o governo norte americano pôde ajudar o setor agrícola do país, que sofria com grandes perdas e desvalorização das mercadorias por eles produzidas.

Isso mostra, que nenhum setor da economia ficou “esquecido”, pois o presidente Roosevelt fez votar leis no congresso para regular o sistema bancário, investimentos, indústria, etc.

Também fez grandes “cortes” na despesa pública, reduzindo salários de funcionários públicos, os soldos dos militares, como se pode ver:

La Ley Económica, redactada por el director de presupuesto Douglas Lewis, fue aprobada el 14 de marzo de 1933. La ley proponía mantener equilibrado el presupuesto público “normal” a través de un recorte de salarios a los empleados públicos y reduciendo las pensiones a los veteranos en un cuarenta por ciento. (RESICO e GÓMEZ, 2009, p. 43)²

Tal medida gerou, na época, uma economia de US\$ 500.000,00 anuais.

Em um segundo momento, o governo americano resolveu que a indústria também deveria ter a sua proteção, que se dividiu em três partes:

- 1- Estabeleceu a administração de obras públicas com intuito de lidar obras públicas que geram grande número de empregos;
- 2- Em outro plano consistiu em dar aos sindicatos o direito de negociar e acordar com os empregadores;
- 3- Foi estabelecida a administração de Recuperação Nacional que buscou regulamentos com os líderes das grandes indústrias, que poderia discutir pisos anti-deflacionários, ou seja, nenhuma empresa poderia baixar preços ou salários, sem o sindicato participar.

Assim, o papel do Estado na economia foi se avolumando, como antes nunca visto pelo povo americano.

E essas medidas, por óbvio, são uma clara demonstração do quanto o Estado interveio na economia para salvá-la, mas para algumas correntes de pensamento econômico se questiona “o quanto do Estado?” e a resposta é simples: o necessário.

A estrutura jurídica dos sistemas econômicos mistos ou duais, apoiada, agora, não mais nas constituições garantia, mas nas constituições programa, coloca a problemática de delimitar ou definir a fronteira entre as áreas próprias a cada um dos seus dois centros decisórios. (NUSDEO, 2014, p. 213)

Desta forma, a política de Roosevelt vai de encontro com a teoria elaborada por Thomas Hobbes que entendia que a autoridade magisterial deve assegurar a paz necessária ao bom desempenho da economia, crítico do liberalismo econômico, onde dizia que somente vencia nesse sistema os fortes e poderosos. (HOBBS, 2008).

Já na era moderna temos o economista John M. Keynes, que pregava sistematicamente que o Estado deve sim intervir regularmente na economia, regulando mercados, criando empregos, entregando obras públicas, regulando mercado de capitais, essa ideia proposta pelo economista britânico, na sua obra de referência “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”. Foi nessas teorias que Roosevelt se apoiou para dar respaldo na economia declinante americana da década de 1930.

3. O INÍCIO DE UMA ESPERANÇA

No início do século XX surgiu uma escola econômica denominada Keynesianismo, que basicamente postulava que o Estado deve sempre intervir na economia quando for necessário, isso vai em sentido oposto ao apregoado por Adam Smith, que defendia uma economia totalmente liberal, somente com a mão invisível regulando as atividades econômicas.

Em casos extremos, a teoria Keyneana defende que o Estado deve criar auxílios, e benefícios para aqueles que não conseguem se manter.

Postula também a escola que o regulador financeiro o Federal Reserve e o governo devem sempre agir juntos para evitar que a economia entre em recessão e a parceria deve

² Tradução para o português: “A Lei Econômica, elaborada pelo diretor orçamentário Douglas Lewis, foi aprovada em 14 de março de 1933. A lei propunha manter o orçamento público “normal” equilibrado, cortando os salários dos funcionários públicos e reduzindo as pensões dos trabalhadores veteranos em quarenta por cento.”

se manter até que tecnicamente o país deixe a recessão.

Foi na inspiração do economista John Keynes, que o presidente Roosevelt se baseou para criar o New Deal, que nada mais foi do que a intervenção do Estado na iniciativa econômica, marcado pela forte presença, pois, como sabido, os norte-americanos não são habituados a terem o Estado se imiscuindo na vida privada dos cidadãos. Mas naquela época e naquele contexto foi necessário.

O governo cortando gastos e criando incentivos, tanto sociais, quanto fiscais, ajudaram a alavancar a questão econômica. Certa vez J. Keynes (1982, p. 219) disse: “A função de emprego apenas difere da função de oferta agregada pelo fato de que é, praticamente, a sua função inversa e se exprime em unidades de salário”

E a intervenção econômica do Estado começa quando:

A curva habitual da demanda de dado bem é traçada com base em suposições sobre os rendimentos do público em geral, e tem de ser corrigida sempre que esses rendimentos variam. (KEYNES, 1982, p. 219/220).

Assim, o governo deve sempre regular, por exemplo, o salário mínimo de uma determinada categoria de profissionais, para que eles mantenham um grau de consumo aceitável e façam a roda da economia girar.

Mas se a iniciativa privada, por si só, não consegue (ou não quer) gerar empregos, cabe ao Estado criar mecanismos econômicos para que a grande parcela da população não sofra com os impactos econômicos, como o foi na crise de 1929, um industrial que agiu como déspota foi Henry Ford, citado neste artigo, que no auge da crise demitiu todos os seus empregados, o que fazer com essa mão de obra? Mas ele não foi o único, com a crise instalada coisas horríveis ocorreram, o governo teve até que socorrer bancos, para eles não irem à falência e piorar mais a crise.

Segundo KEYNES (1982, p. 231) os preços também tiveram que ser regulados:

A teoria dos preços, isto é, a análise da relação entre as variações na quantidade de moeda e no nível dos preços, permitindo a determinação da elasticidade dos preços em relação às variações da quantidade de moeda, girará, portanto, sobre os cinco fatores.

Os fatores que o autor elenca são estes:

1. Demanda efetiva não variará em quantidade exata a quantidade de moeda:

ou seja, sempre faltará moeda no mercado, as necessidades das pessoas sempre ultrapassam o meio circulante;

2. Os recursos não são homogêneos, também em exemplificação: isso decresce à medida que o emprego aumente.

3. Os recursos não são intercambiáveis, uma hora a oferta de certos bens acabará

4. O índice de salários sobe antes de se alcançar o pleno emprego

5. As remunerações são elevadas no custo marginal e nunca acompanham a proporção.

Essas características devem ser pensadas e analisadas juntamente com incentivos públicos, que é algo muito antigo, vejamos:

Desde a Roma antiga até a Revolução industrial, passando pelo Renascimento, a arte sempre se manteve perto do poder e da economia através da prática do chamado mecenato. O que passa a movimentar o mecenato pode, então, ser chamado de acordo tácito entre a sociedade, o Estado e o empreendedor . (FARIA, 2012, p. 92/93)

Isso é a teoria precursora da gerência do Estado na economia, e começou na idade Romana, e segue até os dias atuais, mas olhando a economia americana de hoje observamos que ela não é muito influenciada pelo governo, este simplesmente emite a moeda e deixa o mercado se auto regular, o que se chama de mão invisível, mas claro, com algumas poucas normas.

Outra forma do Estado diretamente se intervir é por meios de incentivos, que pode ser conceituado da seguinte maneira: “Incentivo é a segunda das funções exercidas pelo Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, aliás a mais moderada forma de presença do Estado na economia” (FARIAS, 2012, p. 95).

Como o autor bem esclarece, o incentivo é a forma mais branda de o Estado intervir na economia, é o mais comum de se ver no dia a dia. Mesmo o Estado tendo amplos poderes, ele pode simplesmente se abster de exercê-los, assim esclarece: “O Estado é o detentor legítimo do constrangimento físico, ou seja, detentor do monopólio do exercício da violência legítima.” (FARIAS, 2012, p. 26).

Ora, se o Estado detém o poder de constrangimento físico, por que ele não teria para se entrosar na economia privada? Sim, ele pode e às vezes deve fazê-lo. A economia 100% livre só causará o caos e isso desestabiliza os poderes constituídos, a economia e tudo mais,

mas quando o Estado intervém no momento certo, e do jeito certo, com técnicas, a economia reage, se reergue e volta ao seu pleno funcionamento.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada foi a de revisão bibliográfica, onde buscou-se obras que elencaram a história do início do século XX e também que trouxessem uma abordagem econômica.

Não é possível uma pesquisa de campo, pois isso implicaria em localizar pessoas que viveram nos Estados Unidos no começo da década de 1930 e que se lembrassem do que se passou economicamente e politicamente para sair da crise.

Buscou-se, neste trabalho, muito material da internet, de fontes confiáveis para embasar teoricamente o trabalho.

Trata-se de um estudo majoritariamente teórico, onde por métodos de revisão bibliográfica buscou -se analisar a crise de 1929 concentrada nos Estados Unidos e também a questão da intervenção no domínio econômico defendida por John Keynes.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O resultado da pesquisa é bem instigante, pois confronta duas das maiores teorias na macroeconomia, o liberalismo e o intervencionismo.

O intervencionismo é realmente necessário para alguns momentos da economia, pois como sabemos, a economia vive ciclos, e estes ciclos incluem crises, e prosperidade, então deve o Estado saber dosar o quão ele intervirá na economia, pois intervenção em excesso arruína com a livre iniciativa.

De outro lado, temos o liberalismo liderado por Adam Smith que, como será visto adiante, apregoa que o Estado deve somente fazer o mínimo, intervindo o menos possível na economia, pois ele acredita que há uma força na economia que tende a acertar os prumos.

Acredito que se fizermos uma mescla das duas teorias, teremos um cenário ideal, pois o Estado fazendo o seu mínimo e intervindo na economia quando necessário é algo positivo e tende a ser alinhado com as vontades daqueles que de fato dependem do sistema econômico para sobreviver.

Penso que se tender ao extremo tanto de um lado, quanto de outro, a economia entra

em colapso, tendo sua parada natural, para assim recomeçar o ciclo.

Trouxe mais abaixo de maneira mais destrinchada as duas teorias e como elas se comportam, o perfil científico de cada um dos dois e a ideia central do pensamento econômico deles.

É importante também ressaltar que cada um dos autores puxa suas teorias, ora mais para esquerda, ora para direita. Keynes é muito defendido por aqueles que advogam o sistema voltado para o socialismo, enquanto Smith é defendido por aqueles que defendem uma economia ultraliberal, em que o Estado deve ser reduzido ao máximo e intervir o menos possível.

São os dois autores clássicos da economia moderna, embora ambos não sejam contemporâneos entre si, compartilham de ideias macroeconômicas, fazendo e formulando hipóteses, tendo sua aplicação e testagem prática amplamente aplicada.

Os dois autores clássicos e antagonistas entre si, John Keynes e Adam Smith, falaremos primeiro de Adam Smith, que pregava a “mão invisível” na economia.

Smith (1723-1790) autor Escocês é considerado o pai da economia moderna e o maior defensor do liberalismo econômico. Assim, em sua obra clássica escreveu:

A economia política, considerada como um ramo da ciência de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma receita farta ou subsistência para as pessoas, ou, mais propriamente, capacitá-las a prover tal receita ou subsistência para si mesmas; segundo, suprir o Estado ou a comunidade nacional com receita suficiente para seus serviços públicos. (SMITH, 2013, p. 24).

Como pode ser extraído da citação Adam Smith considerava que o Estado deveria unicamente prover o dinheiro no mercado e as condições das pessoas para o trabalho e em segundo plano arrecadar tributos para o próprio Estado.

Smith também defendia o progresso natural da riqueza, onde a riqueza e a troca comercial se balanceiam um fator comum, assim ele diz:

O grande comércio de todo país civilizado é efetuado entre os habitantes da cidade e os habitantes do campo. Consiste na troca de produtos em estado bruto por produtos manufaturados, o que pode ser feito, ou diretamente, por meio do dinheiro, ou por algum tipo de papel que represente o dinheiro. O campo fornece à cidade os meios de subsistência e os materiais a serem manufaturados. A cidade restitui isso, devolvendo aos habitantes do campo parte da produção manufaturada. (SMITH, 1983, p. 321).

Com este exemplo Adam Smith considerava que a economia se equilibrava automaticamente, sem necessidade de um terceiro intervir para resguardar.

Desta maneira, a teoria econômica dele era simples, a chamada “Teoria do Bem-Estar”, podendo ser resumido da seguinte maneira:

A teoria econômica de Smith era, acima de tudo, uma teoria normativa ou orientada para as políticas. Sua principal preocupação era identificar as forças sociais e econômicas que mais promoviam o bem-estar humano e, com base nisso, recomendar políticas que melhor promovessem a felicidade humana. (HUNT, 2005, p. 53).

Pode-se notar que Smith, agia na necessidade, mas procurava com a necessidade buscar um meio da própria economia se curar, tirando o papel do Estado, ele não acreditava que o Estado poderia ou deveria intervir na economia, pois como é sabido, os governantes são muito atrapalhados com os valores públicos, assim delega-se ao contribuinte a sua natural tarefa de fazer a economia saudável.

Assim, Smith concluiu que as intervenções, as regulamentações, as concessões de monopólio e os subsídios especiais do governo - tudo isso tendia a alocar mal o capital e a diminuir sua contribuição para o bem-estar econômico. (HUNT, 2005, p. 57).

A historicidade de Hunt coaduna-se à ideia geral de Adam Smith, que quando intervém, só deixam as coisas piores.

Ao contrário de John M. Keynes, que defendia que o mercado deve-se autorregular, mas o Estado deve intervir na maneira de como as coisas estão sendo conduzidas e editar normas para evitar qualquer tipo de situação que desagrade aquele grupo de governantes.

Temos então o contexto das ideias de Keynes:

Em fins do século XIX, o desenvolvimento de mercados de capitais mundiais, os progressos na produção e nos transportes provocaram imensas concentrações de poder industrial em corporações gigantescas, trustes e carteis. (HUNT, 2005, p. 382)

Isso é o efeito negativo de deixar o mercado se auto regular, pode acontecer de surgir grandes grupos econômicos que “sufocam” os menores e não deixam estes últimos prosperarem.

Mas, voltando ao tema central deste trabalho, em sua maior obra *Teoria geral, do emprego, do juro e da moeda*, Keynes aborda a questão da inflação da seguinte maneira:

Keynes supôs consistentemente que a taxa de utilização da capacidade produtiva do capital físico declinava rapidamente nas épocas de depressão e que o número de trabalhadores empregados também diminuía rapidamente. A teoria de Keynes estava voltada para as realidades óbvias da depressão, de maneira esclarecedora e coerente.(HUNT, 2005, p. 391).

Dessa forma, a teoria intervencionista que Keynes criou, casou com o contexto econômico vivenciado nos Estados Unidos, a grande depressão de 1929. Na década de 1930 muito se debateu a teoria de Keynes, mas, ao que tudo indica ela veio a calhar com o momento da eclosão da segunda guerra, pois a demanda por produtos industrializados cresceu rapidamente, o que criou empregos, assim, rapidamente a economia americana voltou a crescer e recuperar a grandiosidade que outroraflorescia.

De 1936 (o ano que foi publicada a Teoria Geral) a 1940, os economistas debateram acaloradamente os méritos da teoria de Keynes e das receitas públicas. Entretanto, quando vários governos começaram a aumentar rapidamente a produção de armas, o desemprego começou a diminuir. Durante os anos da guerra, sob o estímulo de enormes gastos governamentais, a maioria das economias capitalistas se transformou rapidamente. (HUNT, 2005, p. 397). - grifo meu

É possível observar que nos anos que precederam a segunda guerra, foi proveniente das duas teorias, a do liberalismo, apregoado por Adam Smith e o intervencionista, apregoada por John Keynes, este último prevaleceu sob a recessão.

6. CONCLUSÃO

Buscou-se através deste artigo reviver a história no seu sentido econômico, o que se passou nos Estados Unidos no final dos anos 1920, no período entre guerras. Curiosamente este país teve o seu declínio e apogeu entre os anos 1930 e 1940.

Em primeiro momento tratou-se de analisar os precedentes históricos que levaram a economia americana, antes em ascensão, ao declínio com a quebra da bolsa de valores gerando um efeito cascata, os governos anteriores em nada fizeram para tentar “salvar” a economia, tendo como princípios norteadores o liberalismo econômico, o que de fato gerou mais caos. Quando se alterou o governo, para o presidente Roosevelt, ele adotou uma

política econômica diferente, que ele chamou de “New Deal”.

Em um segundo ponto foi estudado e pesquisado sobre a obrigação ou não do Estado em intervir economicamente na economia, foi mencionado a escola Keynesiana, e o que ela doutrinava, corrente na qual, este autor não se filia, mas que foi muito útil nos anos 1930 para tirar do caos um país e fazer dele emergir a maior economia do planeta.

Em um terceiro momento, confrontou -se duas das teorias antagônicas, a teoria liberal e a teoria intervencionista. Ambas as teorias tem sim aplicação prática e são largamente utilizadas pelos governos, mas no contexto da grande depressão somente uma delas pôde prevalecer, o intervencionismo. Ela deve ser aplicada? Sim, com certeza, mas com moderação, o Estado não pode intervir demasiadamente na economia, isso desenobrece a economia e faz dela um refém das políticas estatais.

Conclui-se que, a intervenção no domínio econômico, quando há necessidade deve ser feito para se evitar a grande escalada de problemas e uma recessão, como visto na crise de 1929, pois para sair da crise os Estados Unidos levaram mais de uma década, isso para se ver o quão terrível foi. Mas com boas teorias científicas e uma boa administração é de fato possível salvar a economia e tornar ela uma grande potência industrial, econômica, militar.

REFERÊNCIAS

COSTA, Roberto Teixeira da. **Crises financeiras – Brasil e mundo (1929 – 2023)**. 1ª Ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2023.

FARIA, Heraldo Felipe de. **Intervenção do Estado na Economia**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Lxtlan, 2012.

FILHO, Alberto Venancio. **Intervenção do Estado no domínio econômico**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1968.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico - uma perspectiva crítica**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 1982.

MANKIW, Gregory. **Macroeconomia**. Reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia – introdução ao direito econômico**. 8 ed. Rev. e atual. E ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

RESICO, Marcelo; GÓMEZ AGUIRRE, Maximiliano. **Las crisis de 1930 y las políticas**

del New Deal: un examen desde la economía y las instituciones. Ensaaios de Política económica n° 3, 2009. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/2132>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ROTHBARD, Murray. **A grande depressão Americana.** 1ª Ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

SMITH, Adam. **A mão invisível.** 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Vol.1. 1ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.